

Manifesto da ZERO para as Eleições Autárquicas de 2025

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável considera as eleições autárquicas um momento-chave para debater propostas para demonstrar e concretizar a partir do local os objetivos de sustentabilidade habitualmente debatidos e avaliados a nível nacional.

As autarquias têm um papel fundamental na promoção do bem-estar das populações e são um parceiro-chave na concretização do princípio “pensar global, agir local”. Neste contexto, através do presente Manifesto, a ZERO apela a que os candidatos dos partidos políticos e dos movimentos de cidadãos independentes se comprometam com medidas concretas para garantir a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Para fomentar a reflexão e o debate durante este período, a ZERO apresenta um conjunto de medidas, que, se espera, possam vir a ser adotadas pelas listas candidatas e a fazer parte das Grandes Opções dos Planos Municipais a aprovar pelos eleitos para os próximos quatro anos.

Neste contexto, foram identificadas as áreas de atuação onde os autarcas terão um papel decisivo a desempenhar.

O documento está organizado segundo a seguinte estrutura:

1. As 10 prioridades (*pág. 2*)
2. Propostas transversais (*pág. 3*)
 - a. Promover uma economia do bem-estar ao nível local garantindo os direitos das gerações futuras (*pág. 3*)
 - b. Incentivar a cidadania ativa e o desenvolvimento comunitário (*pág. 3*)
 - c. Compras públicas sustentáveis (*pág. 4*)
3. Propostas temáticas (*pág. 4*)
 - a. Fazer da mitigação e adaptação às alterações climáticas uma verdadeira prioridade com metas e medidas a cumprir (*pág. 4*)
 - b. Fomentar uma cultura resíduos zero (*pág. 6*)
 - c. Promover a alimentação com base na produção agrícola de proximidade (*pág. 7*)
 - d. Promover a eficiência e o uso sustentável da água (*pág. 8*)
 - e. Integração do oceano na ação autárquica em municípios costeiros (*pág. 9*)
 - f. Gestão do território integrando a biodiversidade e os ecossistemas nas decisões (*pág. 10*)

zero.

1. As 10 prioridades

1. Integração de **critérios de sustentabilidade ambiental e social nas compras públicas** feitas pelos municípios, incentivando o desenvolvimento de iniciativas de sustentabilidade no território e para além dele.
2. Colocar o **clima no centro da orçamentação municipal**, de forma a assegurar que cada decisão financeira esteja devidamente alinhada com as metas climáticas locais, nacionais e internacionais.
3. **Criação de mecanismos participativos e deliberativos ao nível local**, na tomada de decisões – momentos de envolvimento das populações, que incluam sessões de capacitação, seguidos de sessões de incubação de ideias, consulta e auscultação de todas as partes interessadas, de forma a seguir uma lógica bottom-up, aumentando a transparência, a participação e promovendo a cidadania ativa.
4. **Promover a mobilidade sustentável** nas vilas e cidades, tornando-as mais próximas dos seus cidadãos, dando prioridade aos serviços locais na malha social em que estes vivem, trabalham, estudam e fruem da cidade.
5. Implementar **programas integrados de reabilitação energética** que dêem prioridade a medidas passivas como o isolamento térmico, substituição das janelas bem como sistemas de aquecimento eficientes e painéis solares, especialmente em habitação social e equipamentos públicos.
6. **Fomentar uma cultura “Resíduos ZERO”** deve ser uma prioridade de forma a maximizar os benefícios da economia circular a nível local. Para tal será necessário apostar numa recolha seletiva de alta eficiência (porta-a-porta) e na maximização do desvio de aterro, acompanhada pela cobertura tarifária e posterior aplicação do payt. Estas ações devem ser complementadas com medidas para promover a redução da produção de resíduos (promoção da reutilização no take away, nos têxteis, no equipamento eletrónico e móveis; apoio a repair cafés e outras iniciativas que promovam a reutilização).
7. Criação de **bolsas de terrenos agrícolas municipais** para facilitar o acesso à terra e, assim, estimular o aparecimento de novos produtores locais ligados a cadeias curtas agroalimentares.
8. Em relação às refeições escolares, estabelecer uma política clara que priorize a **sustentabilidade alimentar nas escolas** e que promova ativamente opções alimentares de base vegetal dando preferência a produtos sazonais, de origem local e biológica (sempre que disponível), assegurando a qualidade e diversidade dos ingredientes vegetais utilizados.
9. Estabelecer **metas municipais de redução das perdas de água na rede pública**, exigindo das respetivas entidades gestoras uma diminuição anual de, pelo menos, 5% em sistemas com perdas superiores a 20%, através da modernização e renovação das infraestruturas de distribuição.
10. Promover um **aumento consistente das áreas verdes nas cidades** como forma de promover a biodiversidade e a redução do efeito ilha de calor, com um rácio mínimo de espaços verdes por população residente, aplicando a "regra 3-30-300" a qual estabelece que: (1) cada pessoa deve poder ver pelo menos 3 árvores grandes da janela de sua casa; (2) cada bairro deve ter pelo menos 30% de cobertura de copa de árvores; e (3) todas as casas devem estar a uma distância máxima de 300 metros de um parque ou jardim.

zero.

2. Propostas transversais

Promover uma economia do bem-estar ao nível local garantindo os direitos das gerações futuras

Construir a partir de trabalho já feito sobre a promoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável e com uma ampla participação da população e dos agentes locais e regionais, uma visão para o município no sentido de criar uma economia local que melhore a qualidade de vida dos que vivem no território e com ele interagem, garanta a sustentabilidade ambiental e promova a equidade social.

Partindo de uma perspectiva a longo prazo e envolvendo os residentes na conceção e implementação das políticas, medidas e ações identificadas, a ideia é criar um roteiro que guie o município rumo a uma economia local que beneficie as gerações atuais e futuras. O objetivo é, através de um foco muito claro no bem-estar de todos e uma aposta em áreas como a saúde, a educação, a conexão com a comunidade e a qualidade ambiental, concretizar uma economia do bem-estar ao nível local.

Incentivar a cidadania ativa e o desenvolvimento comunitário

Adoção de processos verdadeiramente participativos na tomada de decisões – momentos de envolvimento das populações, que incluam sessões de capacitação, seguidos de sessões de incubação de ideias, consulta e auscultação de todas as partes interessadas, de forma a seguir uma lógica *bottom-up* baseada no reconhecimento da dificuldade e complexidade de alguns temas. A aplicar em momentos de definição estratégica e sempre que decorram consultas públicas com impacto no território.

Promover o voluntariado para o desenvolvimento de projetos locais que impactam positivamente a comunidade e criação e fomento “formas alternativas de “dinheiro”, como as moedas locais, senhas para aquisição de produtos locais, os bancos de tempo (trocas solidárias), e incentivo de novas formas de economia cooperativa e colaborativa.

Organização de eventos locais em espaço público que juntem projetos culturais, artistas e associações ambientais locais para promoção da arte e da sustentabilidade. Ao mesmo tempo, fomentar a educação ambiental em todas as faixas etárias e níveis de escolaridade com especial enfoque nos jovens do ensino secundário.

Realização de campanhas de informação e sensibilização para turistas e agentes turísticos sobre a importância de um turismo mais sustentável e socialmente mais responsável. Estas ações podem incluir a criação e mobilização de pessoas em programas de voluntariado focados na preservação ambiental e cultural nos destinos turísticos, ou o apoio a negócios locais que promovam a inclusão social e a acessibilidade de todos, sem exceção, aos benefícios da atividade turística.

Compras públicas sustentáveis

A aquisição de bens e serviços por parte dos municípios, habitualmente designada como compras públicas, é uma ferramenta ainda pouco utilizada para promover a mudança rumo à sustentabilidade, em particular ao nível local e regional. Uma aposta na integração de critérios de sustentabilidade ambiental e social nas aquisições feitas pelos municípios pode ter um papel muito importante no apoio a negócios e soluções mais

zero.

sustentáveis que vão surgindo ao nível local e podem e devem ser um incentivo a que mais iniciativas de sustentabilidade possam surgir e perdurar no território. A integração de critérios já definidos a nível europeu (fáceis de integrar nos procedimentos de cada município) permitirão privilegiar produtos e serviços sustentáveis em áreas relevantes para a ação municipal como por exemplo na aquisição de: eletricidade, equipamento informático; serviços de limpeza, mobiliário, construção e manutenção de vias viárias, design, construção e manutenção de edifícios; transporte rodoviário, iluminação pública, produtos têxteis ou fornecimento de alimentos/refeições.

3. Propostas temáticas

Fazer da mitigação e adaptação às alterações climáticas uma verdadeira prioridade com metas e medidas a cumprir

O combate às alterações climáticas é um dos maiores desafios para a humanidade e a ação a nível local é decisiva. Neste contexto, é fundamental a adesão de todas as autarquias portuguesas ao Pacto dos Autarcas em Matéria de Clima e Energia e comprometerem-se principalmente com a meta de atingir a neutralidade climática até 2050. Note-se que atualmente apenas 169 autarquias são signatárias do Pacto dos Autarcas.

A ZERO aponta um conjunto de propostas em diferentes áreas, nomeadamente, mobilidade, eficiência energética, promoção de fontes renováveis de energia e combate à pobreza energética.

Incentivar a mobilidade sustentável

Promover a mobilidade sustentável nas vilas e cidades, tornando-as mais próximas dos seus cidadãos, dando prioridade aos serviços locais na malha social em que estes vivem, trabalham, estudam e fruem da cidade, deve ser uma prioridade para os municípios portugueses. A aposta na redução do uso do transporte individual através da promoção do transporte público, mobilidade suave e penalização do uso do automóvel, sempre que haja oferta alternativa, deve ser um objetivo da política municipal. Para a sua concretização a ZERO sugere as seguintes medidas:

- Criação de ciclovias por todo o território (com particular enfoque nos acessos a estabelecimentos de ensino) e generalização de redes de bicicletas partilhadas e de locais de estacionamento para bicicletas conjugada com o incremento das áreas pedonais urbanas, com aplicação de restrições à circulação de veículos.
- Promover a eletrificação progressiva dos transportes públicos e viaturas municipais e garantir infraestruturas acessíveis e generalizadas para carregamento de veículos elétricos, já que esta é a principal restrição na promoção da mobilidade elétrica.
- Reabilitar ou criar de novos interfaces (nós do sistema de transportes que permitem conexões entre vários modos e/ou serviços de transporte que facilitam os transbordos), com o objetivo de reforçar a utilização do transporte público e, de igual modo, promover uma utilização conjunta deste com os modos suaves (andar a pé, bicicleta).

zero.

Eficiência energética, energias renováveis e combate à pobreza energética

A promoção da eficiência energética e da produção local de energia renovável nos edifícios — sejam eles municipais, equipamentos públicos ou habitação social — é essencial para combater a pobreza energética, reduzir emissões e preparar os territórios para os desafios das alterações climáticas, garantindo uma transição energética justa. Para tal, os municípios podem e devem assumir um papel central, implementando as seguintes medidas:

Eficiência Energética

- Implementar programas integrados de reabilitação de edifícios municipais e habitacionais sociais, que deem prioridade a medidas passivas, como o reforço do isolamento térmico e a substituição de janelas, complementadas com sistemas de aquecimento eficientes e painéis solares.
- Educar e sensibilizar para o uso eficiente da energia, desenvolver campanhas e programas educativos locais dirigidos às famílias e instituições, promovendo práticas de poupança energética e maior literacia energética.
- Monitorizar e controlo do consumo energético nos equipamentos municipais: Implementar sistemas de monitorização em tempo real para otimizar o consumo de energia e identificar desperdícios.
- Garantir que os instrumentos de gestão territorial promovem a construção e a reabilitação sustentável, alinhados com os objetivos de neutralidade carbónica.
- Integrar critérios de eficiência energética e conforto térmico nos programas municipais de habitação social e na promoção do arrendamento acessível, promovendo o acesso a habitação digna e sustentável.

Energias Renováveis

- Promover a instalação de energias renováveis em edifícios municipais e privados, incentivando a instalação de painéis solares fotovoltaicos e sistemas de aquecimento solar térmico, com incentivos locais e simplificação administrativa.
- Apostar na produção local de energia renovável em regime de autoconsumo, dando prioridade à instalação de unidades fotovoltaicas e eólicas nos edifícios das autarquias, contribuindo para a redução dos custos energéticos a médio e longo prazo.
- Assegurar a sustentabilidade de projetos de energia renovável de maior escala, garantindo que a instalação de parques solares no concelho envolva a população local e seja compatível com a proteção da paisagem e da biodiversidade.

Combate à Pobreza Energética

zero.

- Criar um fundo municipal de apoio à reabilitação energética dedicado ao financiamento de intervenções de eficiência energética em habitações vulneráveis, com especial enfoque nas famílias em situação de pobreza energética.
- Identificar e intervir prioritariamente junto de famílias em pobreza energética cooperando com agências de energia e instituições relevantes para melhorar o conforto térmico e a eficiência energética das habitações destas famílias.
- Reforçar a divulgação dos espaços energia e criar estruturas de apoio local em colaboração com as juntas de freguesia e outros atores comunitários, de modo a facilitar o acesso das famílias — sobretudo as mais vulneráveis — à informação e ao apoio necessário para melhorar as suas habitações.

Fomentar uma cultura resíduos zero

A gestão de resíduos continua a ser um dos grandes desafios que os municípios enfrentam, com questões por resolver e com o surgimento de novas obrigações, como por exemplo na área dos biorresíduos ou dos têxteis. Mas os resíduos podem e devem ser vistos como recursos e a sua reutilização e reciclagem, uma mais valia para a economia local. No sentido de fomentar uma cultura resíduos ZERO propomos na área da prevenção de resíduos:

- A criação de espaços agregadores de serviços locais de pequenas reparações de equipamentos e de mobiliário, e de promoção da reutilização (e.g. troca/venda de roupas em segunda mão, móveis, têxteis).
- Apoio a iniciativas coletivas e partilhadas de disponibilização de recipientes reutilizáveis para o pronto a comer na área do município.
- Introdução da obrigatoriedade de utilização de pratos, copos e utensílios reutilizáveis em festas, romarias ou eventos realizados na área do município (públicos ou privados), promovendo, ao mesmo tempo, iniciativas de disponibilização e higienização de alternativas reutilizáveis.
- Promoção da utilização de fraldas reutilizáveis e de produtos menstruais reutilizáveis – copo menstrual, pensos reutilizáveis, cuecas menstruais, etc. – através da oferta de vouchers para aquisição destes produtos. No caso das fraldas é também importante o fomento de iniciativas de lavagem centralizada, no sentido de facilitar a vida às famílias.

No que concerne à maximização da recolha seletiva e desvio de aterro, propomos como medidas prioritárias:

- Distribuição alargada de compostores domésticos, instalação de compostores comunitários e dotar os espaços de restauração coletiva das escolas, dos lares e de outros serviços, de equipamentos de compostagem, sendo importante garantir o acompanhamento a curto-médio prazo.
- Aposta na recolha seletiva porta-a-porta, incluindo a dos biorresíduos (40% do total de resíduos), acompanhada pela construção/adaptação das infra-estruturas necessárias para maximizar o desvio de aterro (biorresíduos e outros materiais recicláveis). É particularmente importante garantir a

zero.

estabilização dos biorresíduos, de forma a evitar os impactos que causam maior incómodo junto das populações.

- Integração da obrigatoriedade da separação seletiva dos resíduos por parte dos munícipes e empresas (prevendo penalizações), de forma a promover uma maior participação nesta área.
- Garantir que os custos incorridos com a gestão de resíduos estão cobertos por receitas, seja através da responsabilidade alargada do produtor, seja através da cobertura tarifária. Após se verificar esta condição, iniciar a aplicação do *pay as you throw* (payt) de forma a incentivar as melhores práticas de separação.

Promover a alimentação com base na produção agrícola de proximidade

Fazer e aplicar um planeamento territorial que facilite a implementação e desenvolvimento de sistemas alimentares locais - nomeadamente através dos Planos Diretores Municipais e Planos de Pormenor - com especial enfoque:

- No acesso à terra com a criação de bancos de terras de forma a estimular o aparecimento de novos produtores locais ligados a cadeias curtas agroalimentares).
- Desenvolvimento de produções agroecológicas nas áreas periurbanas.
- Criação e/ou continuação da dinamização de hortas comunitárias, com a distribuição de talhões para cultivo aos cidadãos interessados, de preferência em modo de produção biológico.
- Implementação de serviços de apoio à agricultura públicos (extensão rural) alicerçados numa transição agroecológica.
- Aproveitamento da agricultura de proximidade para fechar ciclos de nutrientes (lamas estabilizadas, composto, resíduos verdes) e aproveitar águas residuais tratadas e águas pluviais (gestão do ciclo da água).

Promover a produção local de alimentos e a sua sustentabilidade através:

- Do fomento de mercados locais e sistemas de cabazes com venda direta de produtores a consumidores, discriminando positivamente produtores em modo biológico.
- Apoio projetos coletivos de armazenamento e pequena transformação de alimentos que servem a agricultura de proximidade.
- Promover compras públicas alimentares que afetam cantinas públicas em escolas, hospitais, entre outros, para que deem prioridade à compra de alimentos locais e de base vegetal.
- Nos casos em que já existe gestão direta do município sobre as refeições escolares, estabelecer uma política clara que priorize a sustentabilidade alimentar nas escolas e que promova ativamente opções alimentares de base vegetal dando preferência a produtos sazonais, de origem local e biológica (sempre que disponível), assegurando a qualidade e diversidade dos ingredientes vegetais utilizados.

zero.

- Cooperar com os profissionais de saúde ao nível da alimentação e exigir que mais nutricionistas estejam presentes nas unidades de saúde públicas.
- Introduzir programas educacionais sobre alimentação saudável e sustentável em escolas e entidades diversas, como é o caso do projeto ABAE e do programa Prato Sustentável.
- Definir e implementar programas da redução do desperdício alimentar à escala local em particular junto de escolas e associações, e promover o encaminhamento dos resíduos alimentares para compostagem em projetos de hortas comunitárias ou para agricultores locais.

Promover a eficiência e o uso sustentável da água

A água é um bem fundamental que deve ter uma gestão regrada, sendo importante dar os sinais certos aos consumidores (do setor residencial, industrial ou agrícola) de forma a que seja claro para todos as práticas que devem seguir. As propostas da ZERO vão no sentido de:

- Ser assumido um compromisso municipal com a implementação de tarifas progressivas que penalizem consumos excessivos e protejam os usos domésticos essenciais, garantindo equidade social e incentivo à eficiência no uso da água.
- Estabelecer metas municipais claras de redução das perdas de água na rede pública, exigindo das respetivas entidades gestoras uma diminuição anual de, pelo menos, 5% em sistemas com perdas superiores a 20%, através da modernização e renovação das infraestruturas de distribuição. Para assegurar a concretização destas metas, é essencial que os municípios contribuam no reforço da articulação com as entidades gestoras e sistemas multimunicipais, garantindo coordenação, partilha de informação e responsabilização.
- Incentivar o consumo de água da torneira, como alternativa sustentável à água engarrafada, promovendo simultaneamente boas práticas de prevenção do desperdício de água e de aproveitamento e reutilização de águas pluviais, particularmente em edifícios públicos.
- Investimento no tratamento de águas residuais, desenvolvendo esforços financeiros para melhorar a acessibilidade dos cidadãos às redes de drenagem e ao tratamento, dando especial atenção a investimentos em soluções de saneamento descentralizado (micro-ETAR, fito-ETAR), para melhorar a qualidade das águas superficiais.
- Aumentar o uso de águas residuais tratadas para fins não potáveis, como a rega de jardins e espaços verdes, lavagens de ruas e contentores bem como para uso industrial.
- Nos municípios com albufeiras de águas públicas, reforçar a fiscalização dos respetivos planos de ordenamento.
- Recuperar e reabilitar ecossistemas fluviais e ribeirinhos, em articulação com as entidades gestoras para garantir a proteção dos recursos hídricos e promover a construção e manutenção de bacias de retenção e infiltração para a recarga de aquíferos.
- Promover a instalação de sistemas urbanos de retenção e drenagem de águas pluviais, como pavimentos permeáveis, jardins de chuva, bacias de retenção e zonas de infiltração, aumentando a

zero.

resiliência dos territórios a fenómenos climáticos extremos, contribuindo para a recarga de aquíferos e para a redução do efeito de ilha de calor. Estas intervenções devem estar integradas em Planos Integrados de Gestão das Águas Residuais Urbanas, promovendo uma abordagem articulada entre drenagem, reutilização e tratamento das águas. Estes planos devem estar alinhados com a nova Diretiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas (Diretiva (EU) 2024/3019), reforçando uma gestão sustentável, eficiente e integrada do ciclo urbano da água.

Integração do oceano na ação autárquica em municípios costeiros

Ainda que muitas autarquias portuguesas não possam agir neste domínio, existe ainda um número significativo que tem uma relação muito direta com o oceano, sendo este um recurso fundamental para o desenvolvimento de um inúmero conjunto de atividades económicas e de benefícios para o desenvolvimento local e bem-estar da comunidade.

No sentido de assegurar a resiliência e bom estado deste recurso fundamental, a ZERO sugere que os municípios costeiros identifiquem e designem novas Áreas Marinhas Protegidas (AMP) de âmbito municipal ou em zonas que apresentem valores naturais e culturais comprovados, com base em pareceres científicos e conhecimento local. Para o sucesso desta iniciativa, será fundamental envolver comunidades piscatórias e stakeholders locais na criação, cogestão e monitorização de AMP de âmbito local e/ou regional, através de processos participativos bem organizados e ativos, baseados em exemplos dentro e fora de Portugal.

O desenvolvimento de programas municipais de Literacia do Oceano, em articulação com escolas, associações e comunidades locais, centros de ciência viva e universidades (visitas guiadas, oficinas, monitorização de biodiversidade) é outra ação relevante. Neste âmbito, os municípios podem:

- Criar e/ou apoiar Centros de Interpretação Marinha, com exposições, atividades práticas e visitas guiadas ao litoral e zonas húmidas.
- Fomentar a celebração de dias temáticos dedicados ao mar nos calendários escolares e municipais, através da realização de concursos, festivais e outras iniciativas que reforcem a ligação cultural, emocional e ecológica das comunidades costeiras ao oceano.
- Apoiar campanhas regulares de monitorização da qualidade da água, lixo marinho e biodiversidade costeira, em parceria com universidades e ONGA.
- Criar brigadas municipais de limpeza costeira e de educação ambiental, envolvendo voluntariado, escolas e turismo sustentável.
- Mapear as zonas costeiras vulneráveis e integrar nos planos e projetos de requalificação municipal soluções de adaptação baseadas na natureza, tais como a recuperação de dunas, zonas húmidas e a instalação de recifes artificiais.
- Criar conselhos locais do mar ou fóruns de participação regular para discutir projetos e medidas a implementar, com representação de pescadores, investigadores, associações de ambiente, operadores turísticos, etc..

zero.

- Incluir temas ligados à proteção e valorização do oceano nos Orçamentos Participativos, permitindo que a população proponha e vote em projetos de intervenção costeira e marinha.

Gestão do território integrando a biodiversidade e os ecossistemas nas decisões

Nesta área, a ZERO aconselha as autarquias a fazerem uso das Soluções Baseadas na Natureza na adaptação às alterações climáticas e na promoção da biodiversidade local. Para tal deve haver uma aposta:

- No aumento consistente das áreas verdes nas cidades como forma de promover a biodiversidade e a redução do efeito ilha de calor, com um rácio mínimo de espaços verdes por população residente, aplicando a "regra 3-30-300" a qual estabelece que: (1) cada pessoa deve poder ver pelo menos 3 árvores grandes da janela de sua casa; (2) cada bairro deve ter pelo menos 30% de cobertura de copa de árvores; e (3) todas as casas devem estar a uma distância máxima de 300 metros de um parque ou jardim.
- Programar a reabilitação ecológica de espaços degradados, nomeadamente linhas de água e zonas húmidas.
- Promover e apoiar iniciativas de cidadãos – como a criação de charcos, o reaproveitamento das águas pluviais, a plantação de sebes que favoreçam as aves e os polinizadores, a instalação de ‘hotéis’ para polinizadores, a colocação de caixas-ninho para aves e morcegos ou a criação de espirais de ervas aromáticas.
- Adotar práticas mais amigas da biodiversidade no controle de plantas espontâneas, designadamente o abandono do uso de pesticidas e dos fertilizantes de síntese química.
- Promover ações de controlo de espécies exóticas invasoras, nomeadamente da erva-das-pampas (*Cortaderia selloana*).
- Utilização de espécies autóctones em detrimento de exóticas.
- Promover ou organizar localmente plantações de árvores e arbustos autóctones em terrenos públicos ou privados e repensar o abate de árvores já existentes no espaço público, adaptando obras e intervenções urbanas, protegendo a vegetação já presente.
- Ponderar a designação de áreas protegidas de âmbito regional ou local.

Setembro de 2025

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável